

O orçamento de 1984

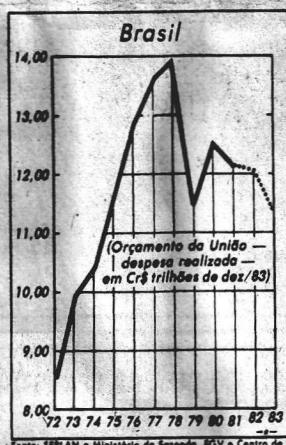
por Celso Pinto
de Brasília

O orçamento fiscal de 1984 que o Executivo encaminhará ao Congresso até o final do mês terá sua receita e suas despesas elevadas dos Cr\$ 11,4 trilhões deste ano para Cr\$ 20 trilhões. Deste total, no entanto, apurou este jornal, o governo imagina esterilizar Cr\$ 5 trilhões para ajudar o orçamento monetário. Com isto, prevêem os técnicos governamentais, o déficit público real, de 6,1% do PIB no ano passado e estimado em 2,9% neste ano, pode chegar a zero ou muito próximo de zero em 1984.

Este quadro seria possível, teoricamente, por três razões. Pelo lado do orçamento fiscal, graças a este esforço de transferências de recursos. Do lado do orçamento monetário, pelo efeito positivo sobre o caixa das autoridades ge-

rado pela redução dos subsídios creditícios neste ano. Como são recursos girados em torno de um ano, o benefício, para o caixa, será sentido apenas em 1984. Finalmente, do lado das empresas estatais, o quadro seria viável se cumprida a meta que o governo prevê de reduzir seu déficit de 2% do PIB neste ano para 1% no próximo. Como tanto o orçamento fiscal quanto o monetário seriam superavitários, este 1% de déficit seria praticamente coberto.

E dentro deste cenário que o Brasil está negocian- do com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele exige um grande esforço de contenção das empresas estatais e na administração do orçamento monetário. Do ponto de vista do orçamento fiscal, ele implica manter, durante o próximo ano, uma austeridade similar à deste ano. Ontem, o



Fonte: SEPLAN e Ministério das Fazendas, PGV e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

* Despesa prevista.

OBS: A inflação no ano de 1983 foi estimada em 170,5%.

Executivo enviou a tradicional mensagem ao Congresso de suplementação de recursos ao orçamento fiscal original, fixado em Cr\$ 8,989 trilhões. Serão Cr\$ 2,401 trilhões adicionais de receita e despesa, viabilizados pela enorme bateria de alterações fiscais introduzidas nos últimos meses. Apenas o Imposto de Renda será Cr\$ 1,388 trilhão superior ao previsto originalmente.

Destes Cr\$ 2,4 trilhões adicionais, Cr\$ 497 bilhões são alocações obrigatórias de recursos vinculados. Do restante, ou seja, Cr\$ 1,903 trilhão, nada menos do que Cr\$ 879,7 bilhões serão esterilizados em transferências ao orçamento monetário para cobertura de subsídios. Outros Cr\$ 141,7 bilhões serão aplicados na liquidação de dívidas, internas e externas, de ministérios (para todo o ano, Cr\$ 1 trilhão será destinado a abater estas dívidas, antes giradas pela contratação de novos empréstimos).

As outras aplicações, em sua quase totalidade, eram previstas ou serão cobertas por novas receitas, como os Cr\$ 60 bilhões para as

cheias no Sul, originados do novo empréstimo compulsório sobre rendimentos não tributáveis. Um dos principais itens é formal: trata-se da contabilização de mais de Cr\$ 350 bilhões a serem arrecadados pelo Finsocial. Por este número, conclui-se que a arrecadação do Finsocial será de Cr\$ 600 bilhões neste ano, superior às estimativas iniciais, e dos quais já se alocaram menos de Cr\$ 500 bilhões.

A feição final do orçamento fiscal viabiliza a previsão de transferir Cr\$ 2,4 trilhões para cobrir subsídios no orçamento monetário. Os Cr\$ 879,7 bilhões agora aprovados somam-se a Cr\$ 550 bilhões previstos no orçamento original e mais Cr\$ 100 bilhões resultantes de um corte orçamentário aprovado no final do ano passado. Mais Cr\$ 900 bilhões virão de excesso de caixa, algo embutido na execução normal e que se mantém na média verificada nos últimos anos: 8% da receita total.